



5038 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT22 - Educação Ambiental

Articulação entre Educação Ambiental e direitos humanos na formação inicial de professores de Ciências e Biologia: potencialidades e limites.

Natalia Tavares Rios-Ramiarina - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Articulação entre Educação ambiental e direitos humanos na formação inicial de professores de Ciências e Biologia: potencialidades e limites.

Resumo

O trabalho analisa como as temáticas dos direitos humanos e da educação ambiental são abordadas nas licenciaturas em Ciências Biológicas. Foram caracterizadas as relações entre as duas temáticas em discussões pertinentes às disciplinas de Ciências e Biologia, a partir da visão dos formadores de professores e dos seus alunos. A metodologia utilizada foi a triangulação dos dados composta por análise de Projeto Político Pedagógico dos cursos, entrevistas com professores e coordenadores e questionário com estudantes concluintes. Foram analisados os cursos de licenciatura em Biologia da UNIRIO, UFRJ e UERJ. As duas temáticas têm importância reconhecida entre professores e futuros professores e são incluídas de forma predominante em discussões relativas a aspectos relacionais, como tolerância e respeito. E, de maneira menos freqüente, em discussões a cerca de aspectos estruturais e políticos destas temáticas, pautada pela ideia de participação política e cidadania. As temáticas foram vistas de forma predominante como complementares, porém em algumas falas foram colocadas como temáticas concorrentes ou conflitantes no tratamento das questões ambientais. Potencializam esta inserção a presença de alunos provenientes de diferentes grupos sociais, o estágio na escola e a extensão.

Palavras-chave: formação inicial, Ciências Biológicas, Direitos humanos.

Introdução

O presente trabalho traz os resultados de pesquisa que investigou os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas das universidades públicas da cidade do Rio de Janeiro (UERJ, UNIRIO e UFRJ). Buscou caracterizar nestes cursos a articulação entre as temáticas de direitos humanos (DDHH) e educação ambiental (EA) ao longo da formação inicial, bem como identificar potencialidades e dificuldades para esta inserção.

A investigação tem o intuito de contribuir para construção de uma formação de professores que fomente a inserção e articulação destas temáticas. Pois se entende que esta inserção, de maneira articulada, fortalece por um lado, uma discussão ambiental pautada em reflexões sociais, políticas, culturais e históricas. E, por outro lado, viabiliza a entrada da discussão dos direitos humanos, tema caro, sobretudo, nos dias atuais, atrelado a questão ambiental já tradicionalmente promovida pelos professores de Ciências e Biologia e amplamente inserida no currículo destas disciplinas. Assim, busca-se contribuir para uma educação básica que fomente uma cultura de justiça e sustentabilidade.

Metodologia

Para caracterizar a articulação entre direitos humanos e a educação ambiental na formação inicial de professores de Ciências e Biologia foi estruturada a seguinte estratégia metodológica: análise dos currículos, ementas e Planos Pedagógicos dos cursos; entrevistas com coordenadores e professores que ofereçam disciplinas relacionadas às temáticas investigadas e questionário com alunos que estavam nos dois últimos períodos da graduação. Foram investigadas as Universidades Públicas da cidade do Rio de Janeiro: UERJ, UFRJ e UNIRIO, totalizando seis cursos de Licenciatura presenciais.

A primeira etapa da investigação consistiu na análise dos documentos de Projeto Político-Pedagógico dos Cursos (PPC) e ementas das disciplinas. Estes documentos enquadram-se na categoria descrita por Sarmiento (2003) como *textos projectivos de ação*. Tal categoria caracteriza-se por constituírem-se em orientações prévias a ações, revelando então um conjunto de intencionalidades assumidas oficialmente, não sendo possível interpretá-los como reveladores das concepções e práticas individuais dos professores. No entanto, indicam as pautas elegidas como relevantes para o curso de licenciatura, bem como o lugar dado a estas temáticas nos objetivos da formação de professores. Os PPC, em conjunto com o Currículo dos Cursos, foram lidos e analisados previamente à entrevista com os coordenadores. Na etapa da leitura e análise destes documentos, buscou-se identificar trechos que trouxessem elementos ligados às temáticas analisadas. Estes trechos foram lidos para os coordenadores na ocasião das entrevistas. Assim, as entrevistas com coordenadores puderam esclarecer aspectos presentes no PPC, comentando como estas temáticas tem sido discutidas ou não pelo corpo docente.

As entrevistas constituíram assim a segunda etapa da investigação. Foram entrevistados os coordenadores de curso, professores por eles indicados como pessoas que abordam as temáticas, e professores de disciplinas cujas ementas sugeriam alguma articulação com a educação ambiental e/ou com os direitos humanos. A metodologia para o desenvolvimento das entrevistas se baseou em textos de Duarte (2004), de Skymanski, Almeida e Prandini (2002) e de Sautu *et al* (2005). As entrevistas foram semi-estruturadas, contendo perguntas amplas e abertas, sem qualquer citação de tema ou assuntos, pois visavam perceber as primeiras associações feitas pelos sujeitos às temáticas de educação ambiental e direitos humanos.

A terceira e última etapa foi a aplicação de questionários com alunos dos últimos dois períodos. A seleção de

alunos com este perfil teve como objetivo buscar a percepção destes sujeitos sobre a articulação das temáticas ao longo de sua formação inicial como um todo. A escolha pelo instrumento do questionário nesta etapa da pesquisa justifica-se pela possibilidade de averiguar de forma mais abrangente atributos ou aspectos gerais de um grupo com relativa padronização e rápida aplicação, adequado a um universo maior de investigação e permitindo a obtenção de uma quantidade significativa de informação. (SAUTU *et al*, 2005).

Resultados e discussões

Foram entrevistados cinco coordenadores e 23 professores. Responderam ao questionário um total de 49 alunos. Os documentos foram lidos em sua íntegra. No caso da UFRJ, a versão fornecida estava ainda em construção.

Na leitura, os verbetes *ecologismo*, *ambientalismo* e *justiça ambiental/socioambiental* foram utilizados como indicadores de uma possível articulação entre as temáticas ambientais e dos direitos humanos. O termo justiça ambiental foi historicamente elaborado na associação de questões sociais e ambientais, trazendo a ideia da articulação de forma inerente. Os outros dois termos são utilizados pelos autores Martínez-Alier (2007) e Acselrad (2004) para caracterizar diferentes movimentos que historicamente articularam demandas sociais e ambientais em maior ou menor grau, dependendo do contexto geográfico e histórico. Tais autores trazem adjetivações destes verbetes no intuito de qualificar a natureza e intensidade destas articulações, sendo elas bastante diversas. Os três termos estiveram ausentes em todos os PPCs analisados.

Para os coordenadores, a articulação teórica entre DDHH e EA existe, porém é feita apenas em parte na universidade. Não sendo resultado de uma reflexão institucional, parte mais de iniciativa individuais de professores que se interessam pelos temas. Ressaltam também a necessidade de um aporte teórico de outras áreas do conhecimento para realizá-la dentro da universidade. Os coordenadores associaram a discussão dos DDHH a uma dimensão da formação cidadã, humana, não havendo destaque para a dimensão política desta articulação.

Na fala dos professores foi possível detalhar como esta articulação aparece nas disciplinas. A problematização ocorre de forma mais predominante na esfera pessoal (conscientização, consumo e comportamentos ecologicamente sustentáveis) do que na dimensão de elucidação de estruturas desiguais de decisão de conflitos ambientais ou do condicionamento estrutural de comportamentos de consumo. Esta conscientização mantém o foco em dimensões individuais, isto é, a abordagem focaliza a esfera da decisão e escolha individual, promovendo um debate entorno das consequências de seus atos e comportamentos cotidianos para as questões ambientais e a partir deles busca a superação da degradação.

Sendo assim, tanto a dimensão ambiental quanto a dos direitos humanos são vistas sob a ótica da esfera individual, relacional, em que se educam sujeitos para respeitarem uns aos outros e à natureza (entendida como a ampliação do outro que deve ser respeitado). A dimensão relacional e do respeito é reconhecida pelo referencial teórico adotado como uma importante dimensão da formação. Porém, alerta-se para a necessidade de localizar estas relações individuais no contexto social que as produzem e que estruturam situações de degradação ambiental e violação de direitos humanos a despeito da conscientização e respeito genuíno alcançado nas relações cotidianas, visto que a estrutura social não é somente resultado dos comportamentos individuais somados (LOUREIRO, 2014). Esta abordagem não contempla de maneira ampla a conscientização crítica proposta pela pedagogia freireana, cuja tomada de consciência se refere às estruturas sociais que condicionam a existência e a visão de mundo dos próprios alunos para que então, eles possam buscar, por mecanismos diversos, complexos e a construir, alterar a realidade em que se encontram.

De maneira menos freqüente, algumas abordagens problematizaram racionalidades hegemônicas sobre o desenvolvimento pautado no consumo, um importante aspecto da articulação das temáticas de acordo com Santos, (2013; 2014) e Martínez-Alier (2007). Como exemplo, a problematização da valoração de recursos ambientais pautada somente na lógica econômica, excluindo aspectos éticos e culturais. A análise feita por Martínez-Alier (2007) aponta para as limitações da economia ecológica ao buscar valorar os recursos naturais exclusivamente a partir de critérios econômicos. O autor, ao descrever e analisar diversos casos de conflitos do uso de recursos ambientais, mostra como a valoração econômica não é capaz de garantir a sustentabilidade destes recursos ao longo das gerações. Martínez-Alier ressalta assim, a importância de diversos movimentos de populações, aos quais classifica de *ecologismo dos pobres*, que recorrem a valorações éticas, tradicionais, religiosas para lutar pela preservação de seu modo de vida e de uso de recursos naturais para sobrevivência. Um dos professores introduz esta discussão em sua disciplina e busca problematizar o conceito de desenvolvimento e crescimento econômico, alertando para uma dimensão simbólica que legitima a lógica econômica de conduzir e regular o uso de recursos naturais. Desnaturalizar a lógica econômica hegemônica e problematizar o status de objetividade, racionalidade e neutralidade atribuído a ela contribui para a construção de uma cultura de reconhecimento e legitimação de outras racionalidades e formas de viver de outros grupos sociais (SANTOS, 2013 e 2014). Nesta reflexão, o conhecimento científico e outras formas de conhecimento podem auxiliar na construção de racionalidades e novos conhecimentos mais eficazes na intervenção real da questão ambiental.

Além desta dimensão simbólica e cultural trazida pelos professores, a articulação entre as duas temáticas também foi feita sob a dimensão estrutural da sociedade e focalizou a abordagem do conflito ambiental, aproximando-se das discussões da justiça ambiental. Os professores analisam como temáticas intrinsecamente articuladas quando fazem uma leitura das estruturas sociais que determinam o uso e acesso a bens naturais e coletivos, ou a situações de degradação ambiental e violação de DDHH. Assim, articulam as temáticas incorporando discussões sobre estrutura de poder, políticas públicas, justiça social e acesso a bens ou direitos coletivos. Aqui é interessante pensar na existência de direitos que só podem ser respeitados de forma coletiva, e não individual, como o acesso a saúde, a alimentação segura e ao ambiente saudável. São direitos que se exercem na esfera das relações e estruturas sociais de produção e distribuição dos bens de consumo e dos conhecimentos. Sendo assim, falar sobre o acesso a estes direitos requer problematizar as estruturas sociais que, tal qual se conformam hoje, pressupõem o sacrifício de ambientes e de populações e seus modos de vida. Em algumas falas, os professores fazem menção direta aos conflitos ambientais, apontando a dimensão do conflito e da existência de populações desfavorecidas na estrutura social e evidenciando uma articulação entre as temáticas dos DDHH e da EA através de categorias da justiça e injustiça ambiental.

Esta abordagem é pertinente, sob o referencial teórico adotado e especialmente no momento atual. Pois há uma polarização do senso comum sobre políticas públicas que promovem direitos *especiais* para grupos historicamente desfavorecidos. Neste contexto, tais políticas são entendidas por parte da opinião pública como uma injustiça ou privilégio e criam um ambiente socialmente hostil às lutas e pautas de reivindicação de determinados grupos sociais. Incorporar estas discussões é interessante sob o ponto de vista teórico adotado neste trabalho por potencializar a construção de uma cultura de legitimação dos movimentos sociais de grupos vulneráveis. A manutenção das formas de vida destes grupos é um aspecto importante da construção de uma sociedade sustentável e justa porque sua forma de vida está muitas vezes associada à preservação de ambientes naturais, sejam eles populações tradicionais, pequenos agricultores, indígenas etc.

De forma inversa ao entendimento até aqui caracterizado, outra tendência encontrada, ainda que de forma pontual, foi a articulação entre as temáticas na perspectiva de separar ou até contrapor direitos individuais à preservação

do meio ambiente. Esta tendência compunha um discurso dúbio que ora colocava os DDHH como complementares a preservação ambiental, ora como contraditórios ou antagonistas. O referencial de desenvolvimento presente nestas falas apresenta como positivo, ou como indicativo mais importante de seu crescimento, o acesso ilimitado a bens de consumo. Assim, enaltece o direito ao livre consumo como uma manifestação genuína da liberdade e da expressão individual e de forma oposta, o cerceamento do consumo como uma privação da liberdade do indivíduo. Esta leitura de mundo é compatível com abordagens tradicionais de EA que pautam a cidadania ao consumo consciente dos indivíduos (LOUREIRO, 2015). Há, desta forma, uma prevalência do entendimento dos direitos individuais, de escolha, de expressão, de propriedade, sobre os direitos coletivos de acesso ao ambiente saudável. Santos (2013; 2014) apresenta esta como uma das contradições ou tensões da narrativa atual dos DDHH, pautada centralmente pelos direitos do indivíduo. Tais discussões são importantes para se pensar a construção de uma cultura a respeito do que sejam os DDHH, problematizando a narrativa hegemônica no contexto de uma sociedade capitalista e as contradições a ela inerentes.

No questionário para os alunos, as relações entre as temáticas da EA e dos DDHH são predominantemente reconhecidas, pois 65% (32) dos alunos responderam enxergar relações entre as temáticas, 26% (13) não vêem relações e 8% (4) não responderam. Dentre os alunos que responderam positivamente a existência de relações predominaram exemplificações que articulavam dimensões sociais com dimensões ambientais tais como os termos: *conflitos sócio-ambientais; direito ao meio ambiente saudável; desigualdade social de educação e trabalho; justiça sócio-ambiental*. De maneira menos frequente, articulações que se pautavam na dimensão da preservação do ambiente e da esfera pessoal como: *direitos e deveres do cidadão; respeito ao meio ambiente; homem como agente de destruição; formação intelectual como direito que gera preservação ambiental e respeito à diferença*. O uso de tais termos não determina a priori tendências, tal como foi possível determinar na entrevista com os professores, que explicavam a abordagem de forma mais detalhada. A aplicação do questionário encontrou limitações na elucidação das relações feitas pelos alunos, nem sempre foi possível se aproximar de forma satisfatória das leituras a respeito destas temáticas. No entanto, a maior frequência de termos que articulam discussões sociais e ambientais com aspectos políticos, tais como conflitos socioambientais e justiça socioambiental, sugerem a articulação dos temas por um viés da justiça ambiental, que destaca a estrutura social desigual na definição dos usos dos recursos ambientais. Ressalta-se, no entanto, que os respondentes tiveram dificuldades de pensar práticas para abordar questões da EA e dos DDHH que incorporassem estas dimensões. Nos questionários, os alunos de forma predominante reconhecem a importância da inserção destas temáticas, pois a reconhecem como pertinentes em suas futuras práticas escolares (67% para DDHH e 96% para EA).

Os estudantes apontaram, de forma predominante, disciplinas ligadas a conteúdos específicos da Biologia (60%) como aquelas que abordam as temáticas. Esta predominância de conteúdos Biológicos no tratamento da questão ambiental não pode ser considerada, de forma isolada, como uma limitação da abordagem de EA, uma vez que é esperado no curso de Formação de Professores de Ciências e Biologia o destaque destes aspectos. No entanto, no que se refere aos apontamentos sobre a inserção de direitos humanos, aos elementos de análise desta temática e a dificuldade de articulação com os conteúdos biológicos por parte dos alunos, esta predominância sugere uma limitação na abordagem de aspectos sociais, econômicos e políticos que caracterizam a articulação dos DDHH e EA. Mais instrumentos de investigação seriam necessários para caracterizar esta articulação pelos alunos.

Todos os profissionais entrevistados disseram reconhecer a importância da inserção destas temáticas na formação inicial dos professores. E apontaram como justificativa para este reconhecimento ora a dimensão da formação humana e ora da formação política dos alunos. Destacam assim o conflito ambiental e o papel dos professores no reconhecimento de sujeitos envolvidos nas lutas por justiça ambiental. Neste sentido, os professores destacam também o papel da universidade como questionadora e problematizadora do senso comum, muitas vezes reproduzido nas escolas, dada a precarização do trabalho docente e a redução de sua dimensão intelectual.

Em resumo, a articulação das temáticas por parte dos professores e alunos ocorreu de diferentes formas. De maneira predominante, uma aceção mais relacional favoreceu a dimensão individual, destacando aspectos comportamentais de respeito entre homens e para com a natureza. Esta abordagem compôs a formação humana a qual se referiram os professores, no entanto, não contemplou a dimensão política desta formação docente. A formação política foi citada de maneira secundária, quando foi destacada a dimensão do conflito envolvido no uso dos recursos naturais, explicitando assim, aspectos políticos, econômicos e sociais da questão ambiental. E, neste sentido, apontou aspectos limitantes do tratamento individual da EA. Nestas duas abordagens da articulação os temas foram percebidos de maneira complementar, seja na dimensão individual, fomentando a formação humana, seja na dimensão estrutural, fomentando a formação política. Apenas de forma pontual, a articulação entre os temas foi vista como contraditória quando a preservação ambiental e a garantia de direitos humanos, sobretudo, quando entendidos como direitos individuais, foram vistos como incompatíveis.

Dificuldades e potencialidades da inserção

Nos questionários, os alunos respondentes apontam que a limitação da formação inicial se reflete na dificuldade em articular os temas de DDHH com conteúdos das Ciências e Biologia e elaborar práticas referentes a estas discussões. Os alunos declararam recorrerem a estudos por iniciativa própria para compensar a falta que sentem de formação sobre os temas na licenciatura. Porém, no caso dos DDHH alguns alunos apontaram ser mais complicado do que para EA. Pois, segundo eles, na EA as ligações com os conteúdos trabalhados na formação inicial ficam mais explícitas, pelo menos, através dos conteúdos da ecologia. Enquanto que para a temática dos DDHH é mais difícil estabelecer ligações.

Esta percepção dos alunos reforça a predominância de aspectos biológicos e ecológicos no tratamento da questão ambiental e o não-reconhecimento da pertinência destas temáticas por parte dos professores universitários. Dito pelos professores e coordenadores, esta disputa se dá dentro da própria universidade no que se refere à seleção dos conteúdos a serem incluídos na formação inicial, não havendo um consenso sobre o que incluir neste momento da formação. A pouca reflexão institucional sobre o processo formativo dos futuros docentes, parece gerar concepções hierarquizadas dos conhecimentos que compõem a atividade pedagógica.

Os professores apontam para a necessidade de articular estes conhecimentos, tratá-los de forma mais contextualizada. Relatam necessitar de mais diálogo entre seus pares. Esta dificuldade de articulação entre diferentes áreas de conhecimento não são de natureza unicamente epistemológica, mas também estrutural. Uma das coordenadoras entrevistada aponta a falta de tempo e as inúmeras tarefas com as quais o professor universitário tem que se comprometer como uma das causas da dificuldade de estabelecer diálogos e articulações entre diferentes áreas do conhecimento dentro da universidade. Assim, temáticas que tem uma natureza complexa e interdisciplinar acabam sendo abordadas com recortes epistemológicos limitantes, como é o caso da EA e dos DDHH. Desta maneira, a incorporação de aspectos relevantes para a cidadania e democracia na educação em Ciências encontra dificuldades de se estabelecer nos currículos e eleger conteúdos mediante a complexidade epistemológica dos temas. (VILANOVA, 2013)

Outro aspecto limitante da inserção das temáticas na licenciatura foi a formação e preparo dos professores da graduação. Estes profissionais se disseram muitas vezes despreparados para incluir a discussão dos DDHH e, em menor frequência, da EA.

Os alunos também apontaram como limitação de sua formação inicial o despreparo dos professores em relação a estas temáticas. Uma interessante análise trazida pelos alunos sobre este possível despreparo dos professores se refere à dificuldade específica para a inserção dos DDHH. Os alunos apontaram que há uma percepção da temática como pertinente a esfera da opinião ou do julgamento pessoal, sendo caracterizada por temas polêmicos e, por isso, evitada por professores na formação inicial.

É importante pontuar que o entendimento de DDHH como algo susceptível a critérios pessoais de validade sugere uma necessidade de discussão da temática. Pois os DDHH são vistos por autores da área como uma racionalidade atual, não-consensual e de caráter histórico (CANDAU, 2012; SANTOS, 2013), porém tratá-los na esfera da opinião fragiliza a sua vocação para o reconhecimento de sujeitos e construção de uma cultura de justiça e democracia. Esta discussão reforça a necessidade de contextualizar as relações interpessoais na estrutura social desigual e determinante das situações de degradação ambiental e violação dos DDHH. Pois tal contextualização explicita o componente estrutural que extrapola as possibilidades de transformação contempladas nas relações humanas e na esfera da opinião pessoal, revelando mecanismos concretos de exploração, injustiça e destruição ambiental inerentes a sociedade atual.

Outro aspecto relatado nas entrevistas como uma dificuldade para inserção das temáticas foi o pouco tempo destinado a vivência no ambiente escolar. O reconhecimento do papel da escola na formação inicial esteve presente na fala de muitos professores e nas respostas dos alunos. O papel atribuído à inserção escolar é propiciar na prática a articulação destas temáticas por demandas dos diferentes contextos vividos.

Desta forma, a inserção escolar foi apontada de maneira predominante como uma potencialidade dos cursos para inserção das temáticas dos DDHH e EA. A escola é vista como o lugar propício para explicitação destas questões. Isto é, a escola é onde elas surgem, onde os diferentes discursos sobre as temáticas entram em contradição com aspectos da realidade e são colocados como pauta de reflexão sobre a prática.

A intensidade da discussão propiciada pela inserção escolar, não é vista da mesma por todos os professores. Até mesmo a relação com a escola não apareceu sempre como favorecendo a inserção das temáticas, tendo sido apontada por alguns professores como resistência a abordagem de tais assuntos por entender a inserção dos alunos na escola de maneira muito passiva ou limitada pelas concepções dos professores que acompanham em seus estágios. Assim, a possibilidade de tratar destas questões que surgem no cotidiano escolar é reduzida. No entanto, os professores concordam que o espaço da escola é onde tais temáticas ficam mais explícitas na formação inicial dos futuros docentes.

Outra potencialidade encontrada para a inserção das temáticas de EA e DDHH na formação inicial foi o interesse dos graduandos pelos temas. São novas demandas, novas identidades do trabalho do professor e dos educandos. Arroyo (2007) defende que estas novas identidades sejam elas negras, étnicas, de gênero ou de classes questionam o currículo e são mobilizadoras de mudanças. Este questionamento provocado não só pelos alunos das licenciaturas, mas também pelos alunos da educação básica motiva a inserção das temáticas da EA e, sobretudo dos DDHH, na formação inicial. Como apontado por diversos professores nas entrevistas, os alunos de classes populares entram na universidade e diversificam as temáticas e as visões de mundo presentes na formação inicial.

Nos relatos, a problematização de questões políticas e sociais parte, sobretudo, dos alunos. Aqueles que, além da identidade dos movimentos sociais ou de determinados setores sociais, entram com outra formação política. Esta formação política parte de uma formação prévia destes alunos por inserção em outros coletivos. Estes relatos revelam um espaço conquistado e reconhecido pelos professores ao protagonismo dos jovens que indicam caminhos para pensar as questões da sociedade.

Algumas falas destoaram um pouco das anteriores, relatando a provocação dos alunos com visões negativas dos DDHH. Estas visões entendem os direitos de minorias como privilégio, na medida em que reivindicam o discurso da meritocracia. De uma forma ou de outra, o acirramento de posições políticas e de outras identidades estudantis parece ter mobilizado os professores universitários a tratarem destas questões. Nos questionários, os alunos também apontam os acontecimentos atuais como mobilizadores de discussões sobre os temas.

A terceira potencialidade identificada nos cursos para inserção das temáticas de DDHH e EA foram os espaços que surgem nos currículos, compostos por projetos de extensão, atividades complementares, projetos organizados por alunos e até mesmo a criação de novas disciplinas. Alguns professores apontam que o currículo da formação inicial está passando por reestruturação, mesmo que seja na incorporação do que se chamou de “adendos”, este já seria um movimento importante na universidade. Como parte deste currículo as atividades organizadas pelos próprios alunos, destacando o caráter protagonista dos alunos em seu processo de formação. Os alunos também citaram nos questionários as iniciativas próprias para compensarem a falta que sentem de algumas abordagens no curso de formação inicial, como é o caso de EA, porém dizem não saber como fazer esta inclusão para os DDHH.

Os coordenadores e professores reconhecem o potencial da extensão para abordagem das temáticas, no entanto, fazem ressalvas a limitação numérica de atendimento destas atividades. Este aspecto toca novamente a questão do currículo. Parece haver um movimento da universidade em atender as novas demandas de formação colocadas pela sociedade como um todo, mas em especial pelos alunos da formação inicial e da Educação básica. E o currículo das disciplinas parece não responder tão rápido as demandas colocadas, haja vista o entendimento quase unânime dos alunos e professores envolvidos na pesquisa da necessidade de revisá-lo. As atividades extra-curriculares, de extensão, ou organizadas pelos alunos, funcionam como áreas mais flexíveis, que parecem se adequar mais rapidamente as demandas sociais. Esta potencialidade, por outro lado, pode fragilizar a inclusão de temáticas que estejam contempladas exclusivamente nestes espaços, dada a inconstância e limitações numéricas destas atividades.

Considerações finais

Em conjunto, os instrumentos utilizados indicam que a articulação entre DDHH e EA não parece estar institucionalmente reconhecida ou prevista como objetivos da formação inicial de professores no que se refere a aspectos políticos e estruturais determinantes desta articulação. A ausência de termos que potencialmente articulam as temáticas nos PPCs analisados indica a fragilidade desta articulação teórica dentro da instituição. Os coordenadores apontam para necessidade de compor esta discussão com outros campos do saber, identificando como uma dificuldade ou limitante a estrutura fragmentada da universidade.

Na entrevista com os professores, esta articulação apareceu de forma mais explícita, ressaltando seus aspectos culturais, estruturais e políticos. Discussões pertinentes à esfera relacional compuseram a tendência principal no discurso dos professores que entendem os direitos humanos como complementares a preservação ambiental. Dentre estes professores as discussões relativas à justiça ambiental compõem uma tendência secundária.

Os questionários dos alunos também mostraram a predominância de um entendimento de complementaridade dos direitos humanos e preservação ambiental, não sendo identificadas leituras de contraposição destas temáticas. Já na fala dos professores foi possível identificar um tendência mais pontual que articulava a discussão contrapondo direitos

humanos à preservação ambiental. Esta foi uma leitura menos presente e realizada por professores que também, em outros momentos da entrevista, analisaram de forma complementar os direitos humanos e a questão ambiental, compondo uma contradição no discurso destes profissionais.

Como dificuldades para inserção das temáticas foram citadas: a organização curricular, fragmentação dos conteúdos, pouco diálogo entre as diferentes áreas de formação de professores e a pouca inserção escolar na formação inicial. Especificamente para o tema dos DDHH, a incapacidade de lidar com o tema foi relatada pelos próprios professores e também apontada pelos alunos de graduação. Esta fragmentação do currículo parece favorecer concepções de EA mais pautadas por uma lógica conservacionista por se tratar de um curso de formação de professores de Ciências e Biologia onde há, por óbvio, grande investimento nos conhecimentos científicos e biológicos destes futuros professores. No entanto, este não parece ser o foco do problema para os professores que reconhecem a importância da formação científica. A fragilidade estaria na falta de articulação destes conteúdos com aspectos de outras áreas de conhecimento, o que compromete leituras da EA e articulações com discussões dos DDHH apontadas pelos próprios professores como importantes para formação docente.

Como potencialidades foram apontadas: a inserção dos licenciandos nas escolas, atividades extracurriculares e de extensão, o crescimento da presença de alunos de camadas populares e a inserção de novas disciplinas. O momento do estágio e outras modalidades de inserção na escola foram considerados por diversos professores como um importante elemento da formação no que se refere às possibilidades de articulação. O aumento da demanda de tratar assuntos relacionados a cidadania e a questões sociais na universidade e nas escolas, tem aproximado a formação inicial das discussões de EA e DDHH. Estas novas demandas são trazidas predominantemente pelos alunos universitários que, vindo de diversas realidades, trazem estas questões para a universidade, referentes, sobretudo, a questões de gênero, classe e raciais. Também a escola propicia em seu cotidiano a explicitação de conflitos sociais, fomentando ainda mais questionamentos ao currículo escolar e também ao da formação de professores (ARROYO, 2007). As atividades de projetos de extensão, atividades especiais extra-curriculares e atividades organizadas pelos próprios discentes também se mostraram como espaço de discussão das temáticas.

Analisando as fragilidades e potencialidades apontadas pelos professores e alunos, parece consensual a ideia de que o currículo por sua natureza mais consolidada e tradicional responde de forma mais demorada às demandas da sociedade e sobre ele, merecem reflexões institucionais mais aprofundadas. No entanto, um importante papel para atendimento destas demandas sociais para formação de professores é exercido pelas atividades variáveis do currículo, sejam elas de extensão, complementares ou promovidas pelos discentes.

Entende-se que a formação inicial não é o único momento de formação do professor e espera-se que ela seja o início de uma formação que dura toda a sua trajetória profissional. No entanto, esta etapa da formação influencia e é reflexo da identidade do professor (ARROYO, 2007) e, conseqüentemente, de suas futuras buscas por formação continuada. O currículo da formação inicial reflete então as prioridades, identidades, conhecimentos e reflexões que compõem, minimamente ou essencialmente o saber docente, uma vez que é a única exigência para atuação em sala de aula.

Finalmente, espera-se com este trabalho contribuir para a construção de uma universidade mais democrática, emancipatória e transformadora. Muito já tem sido feito pelos professores universitários, da escola básica e estudantes de graduação. Outros mais esforços precisam ser investidos. Em tempos de lembrar o óbvio e o essencial sobre a ética e o direito a vida, é preciso que estejamos atentos e vigilantes em nossas práticas.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. IN: ACSELRAD, H.; HERCULANO S. e PÁDUA, J.A.(orgs.) Justiça Ambiental e Cidadania.- Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ARROYO, M.G. Educandos e Educadores : seus Direitos e o Currículo IN: Miguel G. Arroyo [González Arroyo, Miguel] Indagações sobre currículo : educandos e educadores : seus direitos e o currículo / [Miguel González Arroyo]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 52 p. (17-52)

CANDAU, V.M.F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n.24, p.213-225, 2004. Editora UFPR.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e distanciamentos. IN: LOUREIRO, C.F.B; LAMOSA, R.A.C. (orgs.) **Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da Década da Educação para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Quartet: CNPq, 2015

LOUREIRO, C.F.B. Sustentabilidade e educação ambiental: controvérsias e caminhos do caso brasileiro. **Sinais Sociais** | Rio de Janeiro | v.9 n. 26 | p. 1-160 | set.-dez. 2014 (p.39-71).

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto. 2007.

SANTOS, B.S. **Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014. 226

SANTOS, B.S. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. IN: SANTOS, B.S. & CHAÚÍ, M. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. – São Paulo: Cortez Editora, 2013.

SAUTU, R. *et al.* La construcción del marco teórico em la investigación social. IN: **Manual de Metodología. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología.** CLACSO, Colección Campus Virtual, Buenos Aires, Argentina. 2005

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, L. R.; PRANDINI, R. C. A. R. Perspectivas para a análise de entrevistas. In: SZMANSKI, H(Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** Brasília, DF. : Editora Plano, 2002, p. 63-85.

VILANOVA, R. Discursos da cidadania e educação em ciências nos livros didáticos. **Revista Ensaio** | Belo Horizonte | v.15 | n. 02 | p. 141-154 | maio-ago | 2013 p.141-154